

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 3 – Número 133 – 10/02 a 14/02/2020

Sumário

- ✦ *Destaque da Semana*
- ✦ *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- ✦ *Notícias do Executivo*
- ✦ *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- ✦ *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- ✦ *eSocial*
- ✦ *Outras Notícias*
- ✦ *Atos Normativos*
- ✦ *Dados Estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[Nova NR 18 aumenta segurança dos trabalhadores e estimula modernização na construção civil](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 10/02/2020

Um dos normativos setoriais mais importantes na área da saúde e segurança dos trabalhadores, a Norma Regulamentadora 18, que trata das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, teve seu novo texto apresentado nesta segunda-feira (10). Com a redação atualizada, as regras de proteção receberam reforço e os empregadores ganharam mais autonomia para definir as medidas de prevenção a acidentes e adoecimentos e para uso de novas tecnologias construtivas.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)

SESI
Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

CBIC



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Toffoli destaca pautas do STF para 2020 como cruciais para o desenvolvimento econômico do Brasil](#)

Supremo Tribunal Federal - 11/02/2020

Dentre os casos pautados para o primeiro semestre de 2020, Toffoli apontou como cruciais para o desenvolvimento do país o julgamento dos embargos de declaração relativos à incidência de ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS e a tributação de software; ações relativas a questões trabalhistas, como o trabalho intermitente; e a distribuição dos royalties de petróleo.

[Empregada dispensada por adulterar atestado não receberá 13º salário e férias proporcionais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 12/02/2020

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu da condenação imposta à Perito S.A. Periféricos para Automação, de Gravataí (RS), o pagamento de férias e 13º salário proporcionais a uma empregada dispensada por justa causa. A Turma seguiu a jurisprudência do TST, que afasta o direito às parcelas nos casos de dispensa motivada.

[TST julgou em 2019 3,5% processos a mais que em 2018](#)

Supremo Tribunal Federal - 11/02/2020

A movimentação processual no Tribunal Superior do Trabalho teve saldo positivo em 2019. O TST começou o ano passado com um acervo de 253.409 processos em tramitação e, no decorrer do período, recebeu mais 407.565. Esse número representa 26,2% a mais que a quantidade de processos recebidos em 2018. Mesmo com o aumento, no fim de 2019 o TST tinha julgado 331.040 processos, 3,5% a mais que em 2018, e baixados 256.296 processos, número 3,4% superior ao ano anterior. Os dados são da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do Tribunal (CESTP), que recentemente publicou um relatório com a movimentação processual do TST.

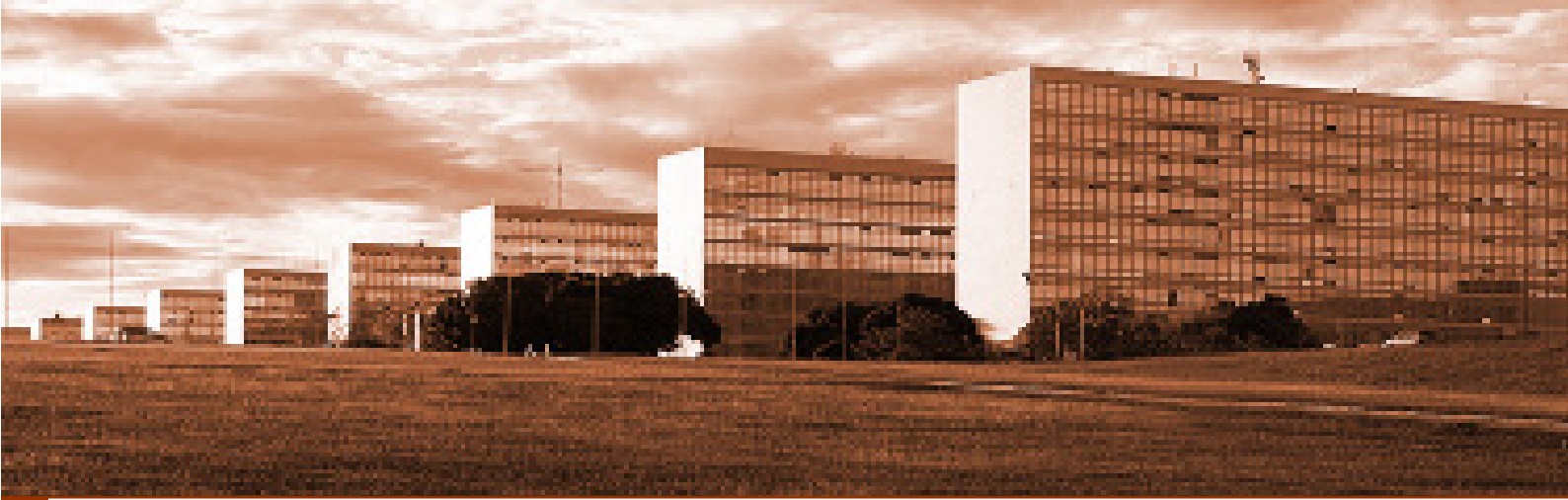


Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Cerimônia de posse da nova direção do TST será em 19/2](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 10/02/2020

O Tribunal Superior do Trabalho realiza no dia 19/2, às 17h, a sessão solene de posse da nova direção para o biênio 2020/2022. Em dezembro do ano passado, a ministra Cristina Peduzzi foi eleita para assumir a Presidência do TST e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT). A Vice-Presidência será conduzida pelo ministro Vieira de Mello Filho, e o novo corregedor-geral da Justiça do Trabalho será o ministro Aloysio Corrêa da Veiga. A solenidade será na Sala de Sessões Plenárias Ministro Arnaldo Süssekind, no térreo do Bloco B do edifício-sede do TST.



Notícias do Executivo

[Bruno Bianco: governo tem urgência para criar emprego para os jovens](#)

Ministério da Economia (Trabalho) - 13/02/2020

Mudar a realidade de milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade é a principal motivação do governo federal para a criação do Programa Verde Amarelo, que está previsto na Medida Provisória 905/2019. Nesta quinta-feira (13), o secretário especial adjunto Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, destacou a necessidade de inserir essa parte da população no mercado formal de trabalho.

[Secretaria de Previdência publica tabelas do AEAT de 2018](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 14/02/2020

A Secretaria de Previdência publicou, na quinta-feira (13), [tabelas do Anuário Estatístico de Acidentes de Trabalho \(AEAT\) de 2018](#). As tabelas apresentam estatísticas e indicadores de acidentes de trabalho. Os arquivos estão divididos em cinco seções e contêm dados sobre a quantidade de acidentes de trabalho no Brasil e em grandes regiões, segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e os códigos da Classificação Internacional de Doenças (CID-10).

[Secretaria de Previdência divulga dados municipais de 2019](#)

Ministério da Economia (Previdência) - 10/02/2020

A Secretaria de Previdência divulgou nesta segunda-feira (10), em sua página na internet, dados atualizados das [Estatísticas Municipais](#) referentes ao ano de 2019. Nessa seção, são divulgadas informações sobre benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) emitidos por grupo de espécies (aposentadorias, pensões e auxílios) e por clientela (urbana e rural).



Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MP 905 prejudica destinações do MPT a projetos que beneficiam a sociedade](#)

Ministério Público do Trabalho - 13/02/2020

O Ministério Público do Trabalho (MPT) afirmou nesta quinta-feira (13), no Senado Federal, que a medida provisória que cria o chamado Contrato Verde e Amarelo (MP 905/2019) dificulta o repasse de recursos de termos de ajuste de conduta (TACs) e ações civis públicas a comunidades prejudicadas por irregularidades trabalhistas. A audiência pública ocorreu na comissão mista que analisa a medida e foi presidida pelo relator do texto, deputado Christino Áureo (PP-RJ).

Auditor Fiscal do Trabalho

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[MP 905 – SINAIT retoma trabalho parlamentar](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/02/2020

Na tarde desta quarta-feira, 12 de fevereiro, o presidente do SINAIT, Carlos Silva, a vice-presidente Rosa Jorge, o diretor Benvindo Coutinho, o Delegado Sindical do Mato Grosso Valdiney Arruda e o Auditor-Fiscal do Trabalho Osmany da Silva, estiveram na Câmara dos Deputados. O objetivo foi retomar o trabalho parlamentar, especialmente focado na Medida Provisória – MP 905/2019, cujo conteúdo está sendo comparado a uma nova reforma trabalhista e traz vários dispositivos que significam interferência na Fiscalização do Trabalho.



Notícias do e-Social

[Novo eSocial: divulgada versão Beta do leiaute simplificado](#)

Portal eSocial - 13/02/2020

O eSocial vem passando por um processo de simplificação, inclusive para cumprimento do disposto na lei 13.874/19. A simplificação foi prevista para ocorrer em duas fases: a primeira foi feita pela flexibilização de campos e eventos; e a segunda, pela publicação de novo leiaute com redução do número de campos, eliminação de duplicidade de informação, foco na substituição de obrigações, e não exigência de informações já constante nas bases de dados governamentais.

[Nota Técnica 17/2019 já disponível no ambiente de testes](#)

Portal eSocial - 11/02/2020

Já está disponível no ambiente de testes do eSocial (produção restrita) a versão do leiaute do eSocial com as alterações trazidas pela Nota Técnica nº 17/2019, que trouxe modificações decorrentes da Emenda Constitucional nº 103/19 (reforma da previdência). Dentre as mudanças da Emenda, está a forma de cálculo da contribuição previdenciária. Para adequar o eSocial à nova sistemática, foi editada a NT 17/2019.

[“Precisa de ajuda?” Web Doméstico recebe assistente virtual](#)

Portal eSocial - 11/02/2020

O Módulo Web Doméstico do eSocial vem passando por reformulações que visam a facilitar a vida do empregador. Além das [diversas funcionalidades](#) que foram disponibilizadas desde novembro do ano passado (assistente “passo a passo” para férias e desligamento, lançamento automático da primeira parcela do 13º, alertas na página principal, reajuste salarial simplificado), mais uma ferramenta vem agregar simplicidade ao sistema: o Assistente Virtual.



Outras Notícias

[TST afasta pagamento em dobro por aviso tardio de férias](#)

Consultor Jurídico - 15/02/2020

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho reformou decisão que havia condenado uma empresa a pagar em dobro as férias de um gerente por não cumprir o prazo previsto na CLT para comunicar o empregado sobre o início das férias. Seguindo jurisprudência do TST, o colegiado concluiu que não é devido o pagamento em dobro se o empregador obedecer aos prazos de concessão e de remuneração, como foi o caso.

[Suspensão de CNH justifica demissão de motorista, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 14/02/2020

O motorista profissional que tem sua habilitação suspensa, ainda que por infração cometida fora do expediente, pode ser demitido por justa causa. A decisão é da 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho ao manter dispensa por justa causa aplicada a um motorista.

[União vai indenizar empregador absolvido cujo depósito já havia sido levantado](#)

Consultor Jurídico - 13/02/2020

A 1ª Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) já decidiu que é ilegal liberar saque de depósito recursal antes do trânsito em julgado da decisão, pela possibilidade de alteração do comando sentencial. Assim, comprovada a ilegalidade, a União tem a obrigação de indenizar a parte lesada no processo.

[Sessões das turmas do TST passam a ser transmitidas pelo YouTube](#)

Consultor Jurídico - 12/02/2020

A partir desta quarta-feira (12/2), o Tribunal Superior do Trabalho passa a transmitir as



Outras Notícias

sessões das oito turmas da corte no YouTube. Com isso, todos os julgamentos de órgãos colegiados do TST passam a ser transmitidos na plataforma.

[Lei de 1982 regula obrigações de empresas com funcionários na zona do coronavírus](#)

Consultor Jurídico - 11/02/2020

A crise provocada pela disseminação do novo coronavírus — cuja nomenclatura oficial dada agora pela Organização Mundial de Saúde é Covid-19 —, na cidade de Wuhan, na China, ligou o sinal de alerta de governos em empresas em todo o mundo. O surto foi classificado pela OMS como emergência de saúde pública global. No Brasil, o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 13.979, que prevê medidas de combate ao novo coronavírus e regulamenta a entrada de pessoas com suspeita de contaminação no país.

[Justiça do Trabalho pode executar bens de sócio de empresa em recuperação judicial](#)

Consultor Jurídico - 11/02/2020

O fato de uma empresa estar em recuperação judicial não impede a Justiça de executar as dívidas trabalhistas do empreendimento contra seus sócios, caso seja declarada a desconsideração da personalidade jurídica. Com base nesse entendimento, a 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (TRT-SC), decidiu negar o recurso de um dos proprietários de uma empresa de transportes de Joinville (SC).

[Despesa com home office não deve ser reembolsada se prevista em contrato](#)

Consultor Jurídico - 10/02/2020

As despesas com home office não devem ser pagas pela empresa nos casos em que o contrato estabelecer que o salário do funcionário já acolhe os custos.



Atos Normativos

[PORTARIA SEPRT Nº 3.659, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 11/2/2020 Seção I Pág. 20) - Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS. (Processo nº 10132.100009/2020-20);

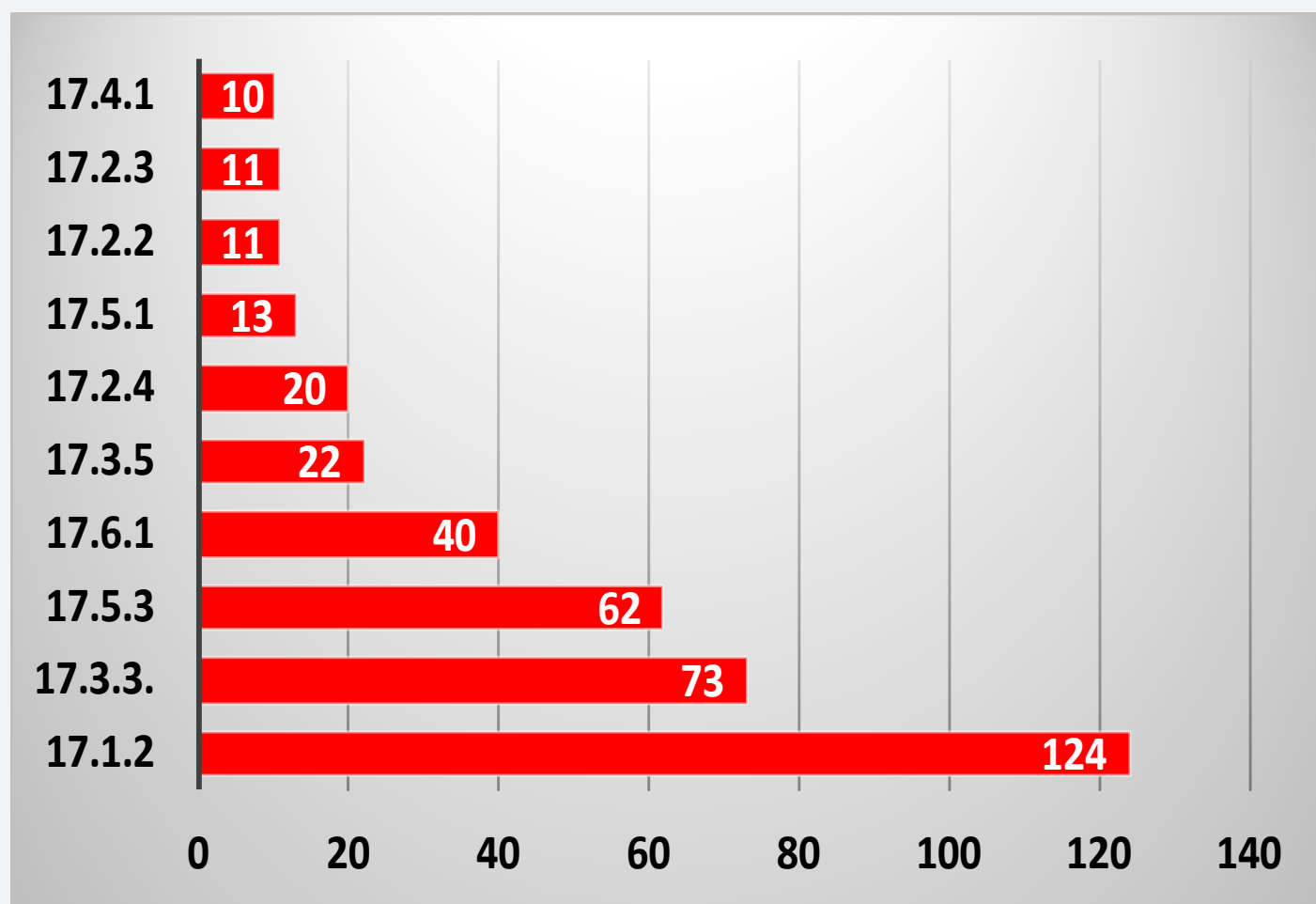
[PORTARIA SEPRT Nº 3.733, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2020](#) (DOU de 11/2/2020 Seção I Pág. 21) - Aprova a nova redação da Norma Regulamentadora nº 18 - Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção;

[ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2020](#) (DOU de 12/2/2020 Seção I Pág. 02) - Prorroga pelo período de 60 dias, a vigência da MPV 905/2019, publicada no DOU e republicada, em Edição Extra, no dia 12 do mesmo mês e ano, que Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências.



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens da Norma Regulamentadora n.º 17 (Ergonomia) mais capitulados como “Irregular (Autuação)” durante a fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no período de 2012 a 2017:



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/ME

Dados estatísticos de Fiscalização

Irregular (Autuação): É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram capitulados nos autos de infração lavrados em desfavor das empresas durante a ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “regularizados na ação fiscal” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

17.1.2. Para avaliar a adaptação das condições de trabalho às características psicofisiológicas dos trabalhadores, cabe ao empregador realizar a análise ergonômica do trabalho, devendo a mesma abordar, no mínimo, as condições de trabalho, conforme estabelecido nesta Norma Regulamentadora.

17.3.3. Os assentos utilizados nos postos de trabalho devem atender aos seguintes requisitos mínimos de conforto:

- a) altura ajustável à estatura do trabalhador e à natureza da função exercida;
- b) características de pouca ou nenhuma conformação na base do assento;
- c) borda frontal arredondada;
- d) encosto com forma levemente adaptada ao corpo para proteção da região lombar.

17.5.3. Em todos os locais de trabalho deve haver iluminação adequada, natural ou artificial, geral ou suplementar, apropriada à natureza da atividade.

17.6.1. A organização do trabalho deve ser adequada às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

17.3.5. Para as atividades em que os trabalhos devam ser realizados de pé, devem ser colocados assentos para descanso em locais em que possam ser utilizados por todos os trabalhadores durante as pausas.

17.2.4. Com vistas a limitar ou facilitar o transporte manual de cargas, deverão ser usados meios técnicos apropriados.

17.5.1. As condições ambientais de trabalho devem estar adequadas às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

17.4.1. Todos os equipamentos que compõem um posto de trabalho devem estar adequados às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

17.2.2. Não deverá ser exigido nem admitido o transporte manual de cargas, por um trabalhador cujo peso seja suscetível de comprometer sua saúde ou sua segurança.

17.2.3. Todo trabalhador designado para o transporte manual regular de cargas, que não as leves, deve receber treinamento ou instruções satisfatórias quanto aos métodos de trabalho que deverá utilizar, com vistas a salvaguardar sua saúde e prevenir acidentes.

17.4.1. Todos os equipamentos que compõem um posto de trabalho devem estar adequados às características psicofisiológicas dos trabalhadores e à natureza do trabalho a ser executado.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Supervisora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico